

Constituinte começa debate com plenário vazio



Marco Maciel diz que voltará a conversar com Ulysses

Para Maciel, pacto depende do PMDB

O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, disse que «a posição do PMDB é decisiva para que tenha êxito o pacto político», e que este possa não só «definir as grandes questões da Constituinte, mas também estabelecer alguns mecanismos para o enfrentamento da crise econômica e social do País».

As declarações do senador foram feitas ontem de manhã, em entrevista ao programa «Bom Dia, Brasil», da Rede Globo de Televisão. Maciel acrescentou que «voltará a procurar o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães», para «continuarmos a desenvolver as negociações». Para isso, Maciel espera somente que passe a convenção do PMDB, neste final de semana.

Segundo o senador, o resultado

da convenção irá facilitar o entendimento, «pois ele deverá ser bem melhor do que se cogitava no começo e, isto, conservo uma atitude otimista em relação a este assunto». Maciel afirmou que «o País todo hoje reclama um grande entendimento nacional, que a meu ver deve começar pelos partidos».

A partir desta posição, avaliou o senador, «podemos estabelecer alguns princípios gerais», não somente com relação à transição que precisa ser concluída, «pois já foi iniciada há muito tempo não tem prazo para terminar», mas visando também «resolver algumas questões no plano econômico e social». Ele revelou ainda que tem sentido que alguns temas são inegociáveis, citando «o mandato do Presidente da República», como exemplo.

Grupo começa as negociações

Até a próxima quarta-feira, parlamentares do PMDB e do PFL, preocupados em dotar o País de uma Constituição moderna, afinada com os anseios da sociedade, deverão concluir a primeira etapa de suas discussões, concentrada nos temas mais polêmicos da Constituinte. Partirão então para a redação de emendas conjuntas que apresentarão no plenário.

Reunidos ontem pela manhã na Biblioteca da Câmara, treze deputados e senadores — Alceni Guerra (PFL-PR), Jaime Santana (PFL-MA), José Agripino (PFL-RN), José Carlos Greco (PMDB-SP), José Jorge (PFL-PE), José Serra (PMDB-SP), José Thomas Nonô (PFL-AL), Maurício Campos (PFL-MG), Miro Teixeira (PMDB-RJ), Nelson Jobim (PMDB-RS), Paulo Macarini (PMDB-RS), Roberto Brandt (PMDB-RS) e Severo Gomes (PMDB-

SP) — debateram vários temas, como educação e verbas públicas, questões trabalhistas, a presença do Estado na economia, tributação e reserva de mercado.

Em cada um desses temas, um parlamentar, anteriormente designado pelo grupo, apresentou um resumo das posições dos partidos, das diversas constituintes brasileiras e de outros países sobre o assunto. A ideia foi fornecer uma base abrangente para as discussões e estudar soluções encontradas em situações semelhantes.

«Ainda estamos na fase braçal», admitiu o deputado Jaime Santana, da chamada ala moderna do PFL, que buscou, há duas semanas, abrir as negociações com os setores do PMDB igualmente preocupados com a possibilidade de um impasse na Constituinte. Santana, porém, está entusiasmado com o andamento dos trabalhos e confiante nos resultados.

Movimento colhe assinaturas

Mais de sessenta entidades sindicais estão preparando para amanhã o dia nacional de coleta de assinaturas para emendas populares. Os atos públicos serão realizados em todas as capitais e principais cidades do País, onde, através de discursos de políticos e shows, os organizadores pretendem conseguir 30 mil assinaturas para cada uma das 60 emendas do movimento popular.

Até o momento, no mínimo dez dessas emendas já alcançaram o número de assinaturas exigido pelo regimento interno da Constituinte. As propostas de reforma agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), do ensino público e gratuito, do monopólio estatal das empresas de telecomunicação, das eleições diretas já e a que proíbe o Brasil de

produzir arsenal atômico são algumas das que já alcançaram mais de 40 mil assinaturas.

Para reforçar a pressão popular junto a Constituinte, os organizadores da coleta nacional de assinaturas resolveram marcar o «Dia Unificado de entrega de emendas», previsto para o dia 12 de agosto.

Parlamentares

Os constituintes também não estão muito empolgados com a apresentação de emendas nessa fase inicial. Ontem, primeiro dia para apresentação, pouco mais de 100 propostas foram levadas à secretaria. O recordista foi o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE). Além de ser o primeiro a chegar, Gibson, que na fase da sistematização assinou 100 emendas, deu entrada ontem a outras 48.

Líder do PFL ameaça Previdência com CPI

O líder do PFL, deputado José Lourenço, ameaçou ontem propor a instalação de CPI para investigar despesas, feitas pelo ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, com a compra de 328 apartamentos, em Brasília, e ontem, suspensas.

Em tom irônico, disse, aos jornalistas, o deputado baiano: «Estou muito preocupado com o problema do Inamps. O «Diário Oficial» de 22 de junho prevê que o orçamento da Previdência será de 76 bilhões. Verifiquei, porém, que somente em convênios assinados com os Estados de São Paulo, Rio, Bahia e Minas Gerais, recentemente,

chega-se ao total de 116 bilhões, isto para assistência médica. Outro assunto que me preocupa é que, havendo decisão do Ministro de transferir para as secretarias de Saúde dos Estados, a responsabilidade de assistência médica do Inamps a seus contribuintes, se anuncie a compra de 587 ambulâncias em condições de pagamento que indicam estar o dinheiro dos trabalhadores fugindo pelo ladrão. O pagamento dos veículos será adiantado. Acresce a isso, a compra recente de 328 apartamentos residenciais em Brasília, tudo feito sem audiência do Congresso Nacional».

Bahia inicia campanha

Salvador — A campanha pelas diretas já para presidente da República começa amanhã na Bahia, com uma passeata promovida pelos partidos de esquerda e a ala progressista do PMDB, no centro da capital, terminando com um «showmício» na praça Municipal, onde ficam a Prefeitura e a Câmara de Vereadores.

Ao anunciar ontem a passeata, que fará um trajeto de três quilômetros, partindo do Campo Grande, a presidente regional do PT, Geracina Aguiar, avisou que «uma outra boa ocasião para botar a campanha das diretas na rua em Salvador» será quando da visita do presidente Sarney à Bahia, em

agosto, para o lançamento do programa de recuperação do centro histórico da cidade.

Geracina Aguiar comentou que o PT ainda não programou qualquer manifestação de protesto contra Sarney, «mas com certeza não deixará passar em branco essa ocasião». O Presidente da República visitará Salvador a convite do prefeito Mário Kertesz, que já se declarou disposto a mobilizar o PMDB para não permitir que Sarney fique acuado por grupos hostis. Ao fazer suas declarações, a presidente do PT estava acompanhada pelo presidente da comissão provisória regional do PC do B, Olival Freire.

O primeiro dia de discussão em plenário do anteprojeto de Constituição despertou pouco interesse nos constituintes. Nenhuma emenda chegou a ser discutida e a sessão só não foi encerrada porque o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), em resposta a um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), pediu que o presidente da Mesa, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), acionasse a campanha do Congresso para chamar os parlamentares, completando assim o quórum mínimo de 5% constituintes em plenário para a realização da sessão, como exige o Regimento Interno da Constituinte.

Momentos depois de completado o quórum, os parlamentares foram deixando o plenário. O próprio senador Nelson Carneiro, que pedira ao presidente da Mesa que chamasse os parlamentares para a sessão, com «receio da desmoralização da Constituinte», se retirou. Dos quatro parlamentares inscritos para falar, apenas dois utilizaram a tribuna. O deputado João Menezes (PFL-PA) preferiu usar o seu tempo de vinte minutos para criticar o anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, obtendo a concordância do deputado Alvaro Vale (PL-RJ), em aparte.

Desinteresse

O deputado Antônio Câmara (PMDB-RN) leu um discurso defendendo a privatização da exploração mineral no país e anunciou que vai encaminhar uma emenda pedindo a inclusão da expressão «política mineral» no artigo 493 do anteprojeto, que trata da conservação de reservas extrativas na Amazônia. O deputado Tadeu França (PMDB-PR) abriu mão de falar e o deputado Aluísio Campos (PMDB-PB), não estava no plenário.

A primeira sessão do plenário da Constituinte para a discussão do anteprojeto começou às 14h30. Doze parlamentares usaram a tribuna no pequeno expediente para falar de temas variados, como a duplicação da BR-116, defendida pelo deputado Nelson Seixas (PDT-SP), e a leitura de um manifesto da maçonaria a favor inclusive da reforma agrária, feita pelo deputado Enoc Vieira (PFL-MA). Esta matéria mereceu outro tratamento por parte do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), afirmando que se a reforma agrária não estiver definida em lei, «podará ser feita à bala, no campo».

Monotonia

No horário das lideranças, o deputado Oswaldo Bender (PDS-RS) usou o seu tempo para dizer que os criadores de suínos estão em crise «por falta de uma política agrícola no País». A monotonia do plenário, que a essa hora só estava com 35 parlamentares, foi quebrada quando o deputado Plínio Arruda (PT-SP) começou a questionar a sessão.

Ele reiterou ao presidente da Mesa seu pedido para que as sessões ordinárias fossem convocadas por um calendário, onde se fixariam os temas a serem discutidos. Nesse ponto, foi acompanhado pelo deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) e por Vivaldo Barbosa. Os três concordaram que a falta de temas pré-fixados estava desperdiçando pouco interesse dos constituintes. O senador Mauro Benevides disse que a proposta já estava sendo analisada pelo deputado Ulysses Guimarães. Vivaldo Barbosa solicitou então a verificação do quórum. Não conseguindo impedir a realização da sessão, PDT, PT e PC do B se retiraram.

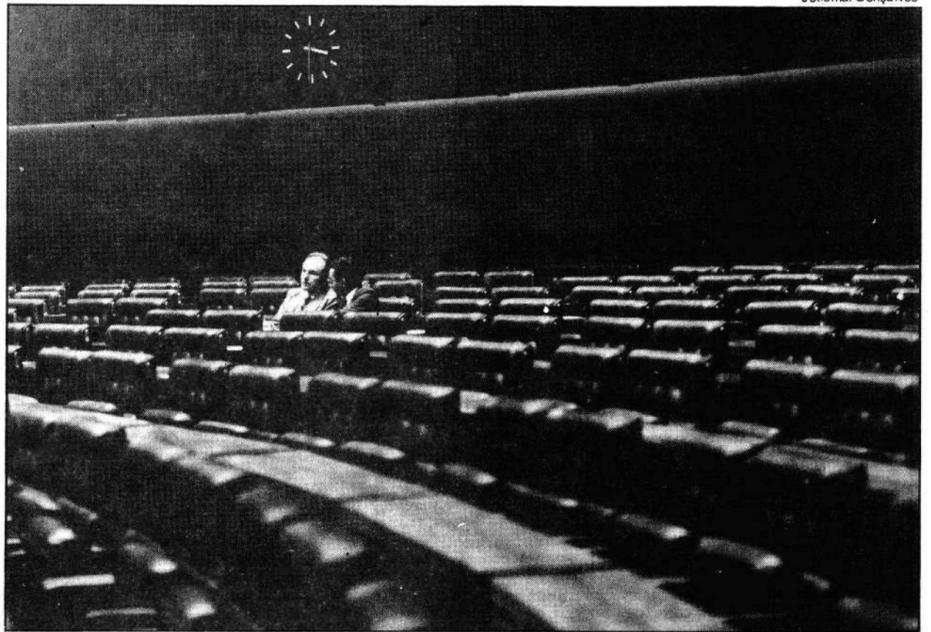
Lucena propõe que se mude regimento

Diante do esvaziamento da primeira sessão da Assembleia Nacional Constituinte ontem, o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), defendeu uma mudança no Regimento Interno, no sentido de não permitir o tratamento de temas conjunturais nas sessões plenárias da Assembleia.

Segundo o senador, esta é a única forma de aprofundar os debates sobre o projeto e as emendas que lhe serão apresentadas. «Eu defendi esta tese desde a instalação da Constituinte. Agora, isso só vai ser possível através de uma reforma no regimento, com a qual estou plenamente de acordo».

Com o mesmo objetivo de tentar evitar o vazio em plenário, o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) encaminhou terça-feira ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, um documento assinado por cerca de 100 constituintes no sentido de que as discussões do projeto sejam divididas por temas. Segundo o parlamentar, a sua proposta não implica em mudança no Regimento Interno, dependendo apenas da disposição de Ulysses. «A minha proposta é que se divida o projeto de Constituição em 24 temas, que é o número de sessões ordinárias de que dispomos nesse período, e se abra inscrições para os constituintes», diz Plínio.

Esta é a segunda vez que Arruda propõe ao presidente da Constituinte uma mudança na metodologia dos trabalhos nesta fase de discussão em plenário. A primeira proposta foi enviada no dia 25 de junho e não foi acolhida por Ulysses, alegando que para acolhê-la seria necessário mudar o Regimento Interno.



Parlamentares demonstraram pouco interesse em discutir ontem o projeto de Cabral

Ministros traçam tática

Os ministros do PMDB decidiram atuar em conjunto para acompanhar e participar mais intensamente dos trabalhos da Constituinte, a partir da constatação de que essa influência tem sido desorganizada e, na maioria dos casos, isolada. Esta foi uma das decisões adotadas; terça-feira à noite, durante jantar com os ministros do PMDB na residência do ministro José Hugo Castelo Branco, da Indústria e Comércio. O ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, não esteve presente, pois cuidava na mesma hora, juntamente com o secretário-geral do seu Ministério, Luciano Coutinho, e o ministro Celso Furtado, da Cultura da elaboração de um documento para harmonizar as posições dos convencionais peemedebistas sobre as questões econômicas.

Posteriormente, o ministro Celso Furtado foi até a residência do ministro José Hugo mostrar o documento aos seus companheiros de Ministério. Ficou também acertado que cada um

dos ministros exercerá pressão sobre os convencionais dos seus Estados e sobre aqueles que lhe são próximos para transferir à Constituinte a decisão sobre a duração do mandato do presidente José Sarney e a forma de governo.

O balanço do encontro, segundo uma fonte categorizada, indicou que a maioria dos ministros acredita no adiamento da decisão sobre os dois temas para a Assembleia Constituinte. Ao contrário das previsões iniciais, a fonte garantiu não ter sido montada nenhuma estratégia de pressão para extrair da convenção do PMDB uma manifestação em favor dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, a partir da convocação dos presentes de que essa orientação serviria apenas para dividir o partido. A aprovação de um mandato de quatro anos também não interessa no momento, na medida em que aprofundará igualmente as divergências do partido, com reflexos negativos para os trabalhos da Constituinte.

Adjuntos vão ajudar Cabral em negociação

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, convidou ontem o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) para continuarem no cargo de relatores-adjuntos nessa fase do trabalho de preparação do Substitutivo ao Projeto de Constituição.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, o trabalho dos adjuntos consiste em auxiliar o relator nas negociações com as lideranças partidárias e com os vários grupos que vêm se formando na Constituinte. Os senadores José Ignácio (PMDB-ES) e Wilson Martins (PMDB-MS), embora não tenham participado da reunião de ontem, também foram confirmados como integrantes do grupo dos adjuntos.

Na reunião, ficou decidido que o trabalho de articulação política só terá início após os resultados da convenção do PMDB.

Maçom aponta crise e prega eleição direta

«Eliminação dos focos de miséria social, a fim de atenuar o sofrimento do povo, com a busca de soluções práticas e objetivas». Esta é a primeira das sete medidas contidas no «Manifesto ao povo brasileiro», lançado ontem pela Maçonaria, através do Grande Oriente do Brasil. No documento, os maçons falam da «grave crise política, econômica, financeira, social e moral em que vive o País».

A seguir, pedem «reforma tributária imediata, que atenda aos interesses dos estados e dos municípios». Apontam, no terceiro item, a «imprescritibilidade dos crimes de tortura e corrupção», enquanto no quarto, afirma a necessidade da «manutenção das eleições diretas em todos os níveis».

O manifesto pede uma «perícia na dívida externa, para comprovação dos ingressos, das aplicações e dos saldos atuais».

Texto razoável

«As limitações impostas à Comissão de Sistematização pelo regimento interno da Constituinte não nos permitiram enviar ao plenário um projeto jurídico e politicamente bem ordenado e razoavelmente bem redigido.»

Foi com este argumento que o deputado Aluísio Campos (PMDB-PB), iniciou uma análise sobre o documento elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, feita ontem, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Apuração adiada

A Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, ainda não apreciou a denúncia com o pedido de formação de Comissão de Inquérito feita pelo deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), de que existem constituintes recebendo dinheiro de empresas multinacionais para votar com suas propostas em plenário. A apreciação pela Mesa deveria ter ocorrido na última reunião, mas o assunto terminou por não entrar em pauta.

Prazo reduzido

Tendo em vista o início da discussão do projeto de Constituição, os prazos destinados ao pequeno expediente e às comunicações de liderança foram reduzidos à metade. No pequeno expediente, cada orador teve um tempo de três minutos para fazer seu discurso. Esta comunicação foi feita pelo presidente da Mesa diretora dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em sua sessão de ontem à tarde, senador Mauro Benevides (PMDB-CE). O PMDB, como partido majoritário, dispõe de dez minutos e os demais partidos ficaram com um minuto e meio para as suas comunicações.

Egreja denuncia

O «Diário da Constituinte», programa veiculado pelas emissoras de rádio e televisão, foi acusado ontem pelo deputado José Egreja (PTB-SP) de distorcer o noticiário sobre os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Segundo ele, a manipulação é feita por orientação do primeiro-secretário da Mesa, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), que «imprime a ideologia de esquerda» no noticiário.